

Conhece o nosso sofrimento?
2 Timóteo 3:10-12

LÍBIA

População: Aproximadamente 7,5 milhões.
Capital: Tripoli
Governo: Dividido. O Governo de Acordo Nacional (GNA) governa a partir de Tripoli, enquanto uma administração no leste, apoiada pela Câmara dos Representantes e pelo Exército Nacional Líbio (LNA), controla a maior parte das restantes áreas.
Chefe de Estado: Conselho Presidencial de Mohamed al-Menfi, mas esta posição é contestada.
Religiões: Muçulmanos 99%, cristãos 0,5%, budistas 0,4% e outras 0,1%.

Gina A. Zurlo, ed. World Christian Database (Leiden/Boston: Brill, acedido em agosto de 2026).

A Líbia aguarda ainda paz e unidade

Quinze anos após a queda de Khadafi, a Líbia ainda não tem um governo central funcional. Duas autoridades rivais controlam diferentes partes do país, cada uma apoiada por grupos armados e actores externos, e cada uma com as suas próprias motivações. As perdas sofridas pelos líbios comuns manifestam-se em prisões arbitrárias, tortura e assassinatos, e na quase impunidade para qualquer um destes actos.

Todos vivem num clima de insegurança, mas as minorias religiosas enfrentam desafios adicionais. Os cristãos na Líbia, na sua maioria trabalhadores estrangeiros, praticam a sua fé em segredo. Simplesmente pregar publicamente ou distribuir literatura cristã pode levar à prisão, detenção ou deportação.

Uma constituição que não protege a liberdade religiosa

O país é ainda governado pela sua constituição interina, a Declaração Constitucional de 2011, que designa o Islão como religião oficial, permite aos não muçulmanos praticar a sua fé e promete proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

No entanto, a aplicação destas proteções continua limitada em alguns casos. Os indivíduos podem ser presos ou encarcerados por ofensas relacionadas com insultos ao Islão ou com a mudança de religião. Observadores internacionais classificaram a Líbia entre os países onde a liberdade religiosa enfrenta sérios desafios.

O impacto do extremismo e da fragilidade do Estado de Direito

Onde o Estado é frágil, outras forças podem preencher o vazio. Surgiram grupos armados e redes com tendências extremistas islâmicas, particularmente em partes do leste da Líbia. Os relatórios indicam que alguns destes grupos exercem influência sobre as mesquitas e as atividades religiosas e educativas. As detenções e detenções sem o devido processo legal ou responsabilização também estão a ocorrer em algumas áreas. Após uma análise mais detalhada, surgem também ligações entre algumas figuras influentes e redes de tráfico humano e detenção.

Para os cristãos, convertidos e líbios não religiosos, bem como para algumas minorias muçulmanas, como os sufistas e os ibaditas, a fragilidade do Estado de direito pode aumentar o risco de pressão, discriminação ou perseguição.

Perseguição de cristãos e outras minorias

Em 2015, cristãos de todo o mundo ficaram horrorizados com um vídeo que mostrava o brutal massacre de 21 cristãos por um grupo extremista numa praia da Líbia. A Líbia não é geralmente considerada um país onde ocorrem massacres sectários anualmente. A pressão aí é mais subtil, manifestando-se por vezes através dos tribunais, das restrições legais e sociais e dos incidentes de violência.

Em Abril de 2025, um tribunal condenou 11 cristãos a penas de prisão que variam entre três e quinze anos por acusações que incluem insultar o Islão e profanar locais sagrados. Alguns deles tinham sido detidos dois anos antes, em 2023, sob acusações relacionadas com a conversão ao cristianismo e a partilha da sua fé com outras pessoas. Segundo os relatos, houve tentativas de forçar alguns deles a renunciar ao cristianismo sob tortura.

A pressão não se limita aos cristãos; extremistas salafistas no leste destruíram ou danificaram santuários sufistas, e os muçulmanos ibaditas e os líbios não religiosos também enfrentam discriminação e pressão.

Por isso, a vida religiosa é conduzida discretamente e, em algumas circunstâncias, reunir-se em público é perigoso.

Família, comunidades e educação

As escolas e os currículos são fortemente influenciados pelo ambiente religioso e cultural predominante no país, enquanto outras religiões e visões não religiosas estão praticamente ausentes. As crianças de grupos minoritários experienciam frequentemente esta discriminação através de pressões sociais e culturais, e não através de leis escritas.

Além disso, não existe uma protecção jurídica clara e adequada para aqueles que optam por abandonar o Islão ou mudar as suas crenças religiosas.

Mulheres, o direito da família e discriminação religiosa

O direito da família segue os princípios da Sharia islâmica, sendo que as suas disposições variam de pessoa para pessoa. O casamento, o divórcio, a herança e a nacionalidade diferem. Uma mulher muçulmana não pode casar com um homem não muçulmano, enquanto um homem muçulmano goza de maior liberdade nesta área.

Uma mulher líbia casada com um estrangeiro pode descobrir que não consegue transmitir a sua nacionalidade aos filhos, afectando a sua identidade jurídica e o acesso a serviços básicos.

Oramos

• Pelos cristãos da Líbia, especialmente os novos convertidos e os presos, que Deus os proteja e fortaleça.

• Que Deus guie com sabedoria e segurança os líderes religiosos que tomam decisões que podem colocar vidas em risco.

• Que Deus guie todos aqueles que continuam a sofrer os efeitos da tortura, da detenção e do tráfico humano, e aqueles que perderam entes queridos. Este tipo de recuperação leva muito mais tempo do que as notícias sugerem.

• Que cresça um movimento em direcção a Cristo entre os líbios, entre os migrantes em trânsito e entre outras minorias no país.

• Pelo fim da divisão e por um governo suficientemente estável para fazer cumprir a lei e proteger os direitos de todos os cidadãos.

• Que alguns dos que espalham o ódio e a violência em nome da religião possam realmente mudar os seus corações e escolher o caminho da paz e da reconciliação.

• Que os líbios que vivem no estrangeiro possam encontrar Cristo onde quer que estejam e levem essa esperança de volta para as suas famílias em casa.

• Para que a paz e a reconciliação prevaleçam e todos os líbios possam viver em segurança e dignidade, sendo respeitados os seus direitos e liberdades fundamentais.